

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2011.

Edição nº 611

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contrato e convênios.....2

Avisos de licitações.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....2

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Editais.....3



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 611

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 045/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a Dra. MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA, Promotora de Justiça, para oferecer DENÚNCIA e acompanhar o feito contra Marciane Mineiro, com base no Inquérito Policial nº 013/2.10.0007507-5, oriundo da 2ª Vara Criminal de Erechim, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0040/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de janeiro de 2011.

LUÍS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER,

Promotor-Assessor.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmula do Termo de Convênio
Processo PR.01075.06482/2010-9

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 90.090.762/0001-19; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 06/01/2011; Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça, Anízio Pires Gavião Filho, Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de janeiro de 2011.

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico nº 02/2011 (Processo nº 000163-09.00/11-4) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de preços de serviços de acesso à internet sem fio - com fornecimento de equipamentos (modem) em comodato - de prestadora de Serviços Móveis Pessoais legalmente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL, para atuar em todas as áreas do Estado do Rio Grande do Sul,

conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas: 08/02/2011, às 14 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 09/02/2011, às 14 horas.**

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. Informações gerais: e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei nº 10.520/02, LC nº 123/06 e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de janeiro de 2011.

CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR,
Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 003/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00806.00011/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no cumprimento das disposições do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no abrigo de menores, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00806.00012/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no cumprimento das disposições do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no abrigo de menores, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00806.00013/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no cumprimento das disposições do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no abrigo de menores, em município.

4) Inquérito Civil, nº 00806.00014/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no cumprimento das disposições do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no abrigo de menores, em município.

5) Inquérito Civil, nº 00806.00015/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no cumprimento das disposições do ECA (Estatuto da



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 611

Criança e do Adolescente) no abrigo de menores, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00743.00007/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Carazinho, com a finalidade de investigar a ocorrência de eventuais atos de improbidade administrativa relativo à promessa de anulação de infrações de trânsito, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00735.00050/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, com a finalidade de investigar possível negligência por ato de omissão de agentes públicos nas suas atribuições de proteção a outrem, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de janeiro de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em substituição.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAIS

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, parágrafo 2º, combinado com o artigo 62 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento nº 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra(m) vago(s) o(s) cargo(s) abaixo elencado(s), na forma de provimento e critério relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
007/2011	Promoção	Merecimento	4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre , de entrância final.
008/2011	Promoção	Antiguidade	5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre , de entrância final.
009/2011	Promoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Uruguaiana , de entrância intermediária.
010/2011	Promoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Alegrete , de entrância intermediária.
011/2011	Promoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Dom Pedrito , de entrância intermediária.
012/2011	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de São Luiz Gonzaga , de entrância intermediária.
013/2011	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Borja , de entrância intermediária.
014/2011	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Estrela , de entrância intermediária.
015/2011	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Frederico Westphalen , de entrância intermediária.
016/2011	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cruz Alta , de entrância intermediária.
017/2011	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cachoeira do Sul , de entrância intermediária.

Os interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, parágrafo 1º do Provimento nº 33/2008.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de janeiro de 2011.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.